

# Abreu preparará novas medidas que renderão CZ\$ 1,9 tri

---

SONIA MOSSRI

---

BRASÍLIA — A equipe do Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, está dando os últimos retoques na chamada "Operação Rescaldo", com medidas adicionais na área tributária que serão adotadas pelo Governo tão logo seja enviado ao Congresso o Orçamento da União de 1989. Esse elenco de medidas, necessárias para reduzir o déficit de 4,29% projetado no Orçamento do próximo ano, aumentará substancialmente a receita líquida da União (arrecadação menos transferências para Estados e Municípios). O aumento poderá chegar a 3% do PIB, cerca de CZ\$

1,9 trilhão a preços de junho, segundo alta fonte do Governo.

Na exposição de motivos que acompanhará a proposta orçamentária — redigida ontem à noite pelos Ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu — o Governo relacionará as medidas a serem adotadas na "Operação Rescaldo", para que o Congresso Nacional tenha claro como será possível reduzir o déficit. Será, segundo os técnicos, o complemento da "Operação Desmonte", que procurou ajustar os gastos do Governo federal às medidas tributárias aprovadas pela Constituinte.

Aumento de impostos, eliminação do efeito corrosivo da inflação sobre o recolhimento dos tributos (o cha-

mado efeito Tanzi), revisão dos incentivos fiscais, isenções e subsídios são os elementos básicos da "Operação Rescaldo". Para aumentar a receita líquida, Abreu vai reduzir a renúncia fiscal (tributos que deixam de ser arrecadados por conta de subsídios, isenções e incentivos), que, segundo dados do Ministério da Fazenda, chega a CZ\$ 3,5 trilhões. Os funcionários públicos podem se preparar para uma política austera com relação aos salários, onde até mesmo a Unidade de Referência de Preços (URP) tem destino incerto.

Os incentivos do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) não deverão sofrer alterações, devido às fortes pressões políticas.